

Remake



Vista de longe, Belo Monte é uma das obras que querem acenar para um país moderno. Mas basta se aproximar para reviver o roteiro que se repete há 50 anos POR GISELE NEULS

Entre o fim dos anos 1960 e início dos 1990, notícias que corriam boca a boca sobre novas obras e aberturas de garimpo corriam feito rastilho de pólvora entre as pessoas em busca de qualquer oportunidade de trabalho e de renda. A corrida levou o caos a muitos municípios do Norte do País, que pareciam dobrar de tamanho da noite para o dia. Surto de malária e violência aterrorizavam a população; o dinheiro parecia estranhamente abundante e ao mesmo tempo volátil; os já tímidos esforços de planejamento urbano e econômico viravam pó.

O mesmo filme se repetiu cidade após cidade. O velho roteiro, em uso há mais de 50 anos, ganhou alguns retoques, mas segue produzindo longas-metragens incrivelmente polêmicas. Que o diga Altamira, no Centro-Sudoeste do Pará, principal município na área de influência da mega-hidrelétrica de Belo Monte. *(mais na reportagem “Caravana Sem Fim”, na edição 39)*

A migração de trabalhadores em busca de oportunidades intensificou-se desde que Belo Monte ganhou sua licença prévia, em março de 2009 (a licença de instalação foi obtida em junho passado). Não há um número oficial, mas os sintomas do aumento abrupto da população já são sentidos no trânsito, na saúde, na educação, na cesta básica e na segurança pública de Altamira. Pelas contas da coordenadora do **Movimento Xingu Vivo para Sempre**, Antônia Melo, o crescimento da população foi de cerca de 20% nesse período. “Todos os dias chega ônibus cheio de gente. Não existe emprego para ninguém na cidade e ainda chega mais gente.”

Todos os relatos ouvidos por nossa reportagem apontam para os mesmos sintomas. Ocorrem mais acidentes de trânsito, pois a malha urbana não estava estruturada para a maior circulação de veículos e, somente agora, a cidade recebeu seus primeiros semáforos. O sistema público de saúde, que já era precário, está sobrecarregado. Há crianças fora da escola por falta de vagas. Os

■ O Movimento Xingu Vivo para Sempre reúne mais de 250 organizações, de movimentos sociais e ambientalistas locais, estaduais, nacionais e internacionais, que se opõem à instalação de Belo Monte. Saiba mais em xinguvivo.org.br



DESENVOLVIMENTO

aluguéis dispararam e os hotéis estão constantemente lotados. O comércio local não está preparado para atender o crescimento da demanda e os preços da cesta básica subiram.

A violência e a prostituição também aumentaram e o presídio regional está superlotado. “Tem dias que a polícia não atende chamados porque não tem gasolina para as viaturas”, relata Antônia Melo. “É pior que a febre do ouro, porque naquela época não tinha controle algum, não tinha governo. Esse projeto de Belo Monte tem um dono, é do governo, que com todo seu aparato não consegue controlar o que está acontecendo.”

A prefeita Odileia Maria de Souza (PSDB), em seu

segundo mandato, confirma a sobrecarga nos serviços de saúde e educação e culpa o governo federal. “Nós pensamos que o governo fosse preparar o município para receber um empreendimento desses, mas, até agora, isso não aconteceu.” Segundo a prefeita, foi firmado em novembro um acordo emergencial com a Norte Energia S.A. (Nesa), consórcio responsável pelo empreendimento, para a construção de quatro postos de saúde, mas apenas recentemente se deu o início das obras de um deles. O município demanda a ampliação de dez escolas e a construção de sete novas. Destas, duas começaram a ser construídas.

Com 85% de seus quase 100 mil habitantes vivendo

O roteiro das megaobras se repete

1970-1973 – Transamazônica (BR-230)

Uma das obras faraônicas do governo militar na década de 1970, a estrada planejava ligar a costa atlântica ao Peru e, no caminho, favorecer a colonização da Amazônia com o modelo de agrovilas, um dos mais estrondosos fracassos da política desenvolvimentista da época. Abandonada sem a conclusão do asfalto, hoje possui trechos intransponíveis durante até seis meses, por causa das chuvas. Em vez de desenvolvimento, foi vetor de desmatamento e conflitos por terra. O trecho final, até o Peru, nunca foi aberto.

1974-1984 – Tucuruí

A construção começou em 1974, no centro do Pará, e até hoje é fonte de controvérsia. Seus críticos afirmam que a maioria dos benefícios da energia vai para empresas de alumínio, que geram pouco emprego localmente. Provocou desaparecimento da pesca artesanal e reassentou apenas parte da população afetada. Surto de malária e outros mosquitos infestam até hoje a população mais próxima ao lago. Inundou partes de três Terras Indígenas e suas linhas de transmissão cortaram outras quatro.

1980-1988 – Balbina

Construída no Rio Uatumã para fornecer energia elétrica a Manaus. A capacidade instalada de suas cinco turbinas é de 250 MW, mas a vazão média do rio no local do barramento dá conta de menos da metade

disso. A obra mudou o traçado de parte do rio, a área alagada provocou deslocamento dos índios Waimiri-Atroari e a decomposição da floresta submersa comprometeu a qualidade da água de afluentes, acabando com a pesca. Entrou em operação parcial em 1988. É considerada um dos maiores desastres ambientais do País.

1999-2005 – Barra Grande

Construída na Bacia do Rio Pelotas, em Santa Catarina, é um ícone das falhas nos processos de licenciamento, cujo Relatório de Impacto Ambiental caracterizou mais de 2 mil hectares de floresta primária de araucárias como capoeira. A batalha jurídica das entidades ambientalistas contra a hidrelétrica teve muitos capítulos ao longo da construção da obra e, no fim, venceu a lógica do fato consumado. Barra Grande recebeu a licença de operação em 2005.

2010 – Jirau

Parte do Complexo do Rio Madeira, em Porto Velho, Jirau deu recentemente uma mostra de conflitos com trabalhadores que um grande empreendimento pode ter. Incêndios e depredação no canteiro de obras expuseram os dramas humanos vividos por trabalhadores que migram em busca de trabalho. *(Leia entrevista com o empreendedor da obra à pág. 18)*

Rodovia Porto Velho-Manaus (BR-369)

Foi construída entre 1971 e 1973 ligando as

duas capitais, com a justificativa de escoar a produção da Zona Franca de Manaus. Nunca teve muito tráfego de cargas, pois o transporte é mais barato por meio de navios. Abandonada e retomada pela floresta, teve sua reconstrução incluída no PAC e causou alvoroço, pois seu traçado facilita o acesso a áreas conservadas. O Estudo de Impacto Ambiental da obra ainda está sob análise pelo Ibama.

Ferrovia Transcontinental

Ligaria o litoral fluminense ao Peru, passando pelo Parque Nacional Serra do Divisor, no extremo oeste do Acre, uma área de altíssima concentração de biodiversidade. Tem sido considerada pelo governador do Acre como a melhor alternativa à construção de estradas para escoamento da produção do estado.

PCHs no Pantanal

Atualmente existem 29 barragens implantadas na região, e a previsão é de que o número aumente para 116. Sua construção é um dos principais vetores de desmatamento do bioma e, em conjunto, poderão alterar drasticamente os pulsos de inundação que fazem do pantanal o que é. Como os licenciamentos são individuais, não se tem uma visão do conjunto do impacto das barragens sobre o bioma.

(Mais semelhanças entre obras passadas e atuais à pág. 46)



"Mudar formas de licenciamento e compensação financeira é complexo. Mas há coisas simples que também podem ser feitas", diz pesquisadora

na área urbana, Altamira não possui coleta de esgoto e deposita todos os seus resíduos em um lixão a céu aberto. A prefeitura começou a projetar um aterro sanitário em 2005. Há pouco concluiu o processo de licenciamento para sua construção, que também consta do acordo emergencial com a Nesa, mas, até o fechamento desta reportagem, o aterro ainda não havia saído do papel.

PLANEJAMENTO DEFICIENTE

Construir escolas, postos de saúde e aterro está longe de resolver o problema de sobrecarga nos serviços básicos, já que, para fazer essas novas estruturas funcionarem, o município precisará de mais servidores. A prefeita, Odileia Maria de Souza, diz que recursos humanos para preencher esses postos de trabalho não faltam em Altamira, o que falta é dinheiro para ampliar a folha de pagamento.

Se a usina for construída, os onze municípios afetados diretamente por Belo Monte deverão receber ao todo uma compensação financeira anual de R\$ 88 milhões por parte da Nesa. Mas, enquanto se espera pelo desfecho dessa história, os problemas vão-se agravando.

Daniela Gomes Pinto, pesquisadora do Programa

de Desenvolvimento Local do GVces, lembra que os impactos sociais são de médio e longo prazo e difíceis de medir, mas que não precisamos esperar para saber o que vai acontecer. A história das grandes obras é recheada de exemplos dos mais diversos tipos de problemas que elas detonam, muitos deles extremamente desafiadores.

A construção de instalações e o volume de arrecadação são componentes importantes para enfrentar a sobrecarga nos serviços públicos, mas a contratação de novos servidores pode esbarrar na falta de recursos humanos locais capacitados.

Em geral, os municípios hospedeiros não têm um preparo prévio diante da perspectiva de enfrentar as mudanças profundas que essas obras representarão em suas dinâmicas ambientais, sociais e econômicas.

O aumento da receita tributária e as compensações financeiras não chegam aos cofres públicos a tempo de dar conta das carências imediatas de saúde, saneamento e assistência social. “Estamos falando de desafios como mudar o processo de licenciamento, a forma como são feitas as compensações financeiras. Isso é muito complexo. Mas tem muitas coisas simples que também podem ser feitas.”

Ao longo de sua experiência com indicadores de sustentabilidade e impactos socioeconômicos de grandes empreendimentos, Daniela identifica algumas medidas que, se tomadas já no início da discussão dos empreendimentos, contribuem para reduzir o drama social que se instala junto com os canteiros de obras.

Um exemplo é o preparo dos pequenos negócios para dimensionar adequadamente seus investimentos. Os comerciantes locais se entusiasmam com a chegada de grandes obras, fazem empréstimos, abrem novos restaurantes, ampliam seus estabelecimentos para suprir a demanda dos canteiros de obras.

“Mas, muitas vezes, o empreendedor esquece de combinar sua política de responsabilidade com o departamento de compras, que é o responsável por efetuar as compras e ignora o mercado local”, aponta Daniela. O resultado é frustração e endividamento, que poderiam ser bem menores com investimentos em apoio às associações comerciais.

Outro controle importante é a construção da infraestrutura a tempo de atender a demanda. “Muitas

vezes o que acontece é que a escola, o hospital, o posto policial, tudo isso é inaugurado depois de a obra estar pronta, quando o boom de pessoas já passou, sobrando uma infraestrutura inchada para o poder público local gerir.”

“Se benfeito, o estudo de impacto ambiental prevê minimamente quais mudanças acontecerão, daí já se deveria começar um planejamento regional, preparo de todos os envolvidos e intervenções no local”, reflete. “Isso tudo tem que vir antes de a obra começar.”

A concessão da licença de instalação de Belo Monte adicionou mais uma reviravolta ao desgastado roteiro de mais de 30 anos. O projeto de construção da hidrelétrica existe desde a conclusão do inventário do aproveitamento elétrico do Rio Xingu, em 1980. Seu primeiro estudo de viabilidade foi concluído em 1989, e entrou em hibernação até meados dos anos 1990, quando foi retomado pelo programa Avança Brasil, do governo Fernando Henrique Cardoso.

A polêmica sobre a inundação de áreas indígenas congelou novamente os planos, mas que foram retoma-

Algumas polêmicas em torno de Belo Monte

	O que dizem os críticos	O que dizem governo e empreendedor
Energia gerada	O investimento é muito alto para uma usina que, no período mais severo de estiagem, gerará uma energia firme de apenas 1.800 MW.	A usina foi planejada para gerar no pico cerca de 11.000 MW e, como energia firme média, cerca de 4.000 MW.
Complexo Hidrelétrico	A usina abrirá as portas para um complexo de barragens, única forma de garantir a vazão necessária para as turbinas o ano todo.	Em 2008, o Conselho Nacional de Política Energética disse que, no Xingu, só iria fazer Belo Monte.
Destino da energia	A energia beneficiará, fundamentalmente, o setor de mineração, acusado de gerar mais empregos no exterior, já que exporta produtos primários.	O mercado cativo e as distribuidoras ficarão com 70% da energia, 10% ficarão com o produtor e 20% vão para o mercado. As indústrias não receberão energia subsidiada.
Inundação de 12 bairros de Altamira	Cemitérios, sedes de associações e espaços de lazer e cultura de mais de 20 mil famílias ficarão submersos.	As famílias serão reassentadas em novos bairros, com toda infraestrutura urbana e saneamento necessários.
Populações indígenas	A mudança de vazão na área da Volta Grande do Xingu vai alterar os modos de vida das 24 etnias da bacia, fortemente ligadas à inundação sazonal.	O hidrograma proposto pelo EIA contempla as condições adequadas para a manutenção do modo de vida das etnias que vivem na área da Volta Grande.
Geração de empregos	A construção, por si só, não garante desenvolvimento local. Altamira já está inchando e não haverá emprego para todos.	A Nesa instalou balcões de atendimento em Altamira e Vitória do Xingu e cadastrou até 1º de junho 13.713 pessoas, entre as quais apenas 274 eram de fora. A expectativa é de que os trabalhos comecem com 5 mil pessoas, e que se atinjam 18 mil no pico das obras.

Embora não se dê a obra como fato consumado, comitê propõe monitorar as garantias assumidas para que a região tenha melhoras



dos com força poucos anos depois, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo Lula.

Até a concessão das duas primeiras licenças, diversas entidades socioambientais e indigenistas se reuniam sob a bandeira única da luta contra a barragem. Com as licenças e os primeiros funcionários contratados já morando em Altamira, os ânimos se dividiram. A coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre não acredita no argumento do fato consumado e diz que o movimento vai seguir lutando para evitar a construção da hidrelétrica.

O pesquisador da Universidade Federal do Pará Rofolfo Salm vê mais problemas à frente. “Há anos, tem gente que diz que a construção de Belo Monte é inevitável, mas até agora ela não saiu. Uma coisa é conseguir as licenças, outra é realmente construir as barragens. Vai haver resistência”, avalia Salm. Para ele, não há mitigação possível para os impactos do projeto. “A construção será uma tragédia. Não há como amenizar o fato fundamental de transformar o rio em um lago.”

ACOMPANHAR DE PERTO

Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA), entende que as licenças mostram a força de vontade do governo de construir a usina. Para Belo Monte não sair, o governo teria que mudar sua visão de que o custo do desenvolvimento implica abrir mão de certas questões

sociais e ambientais, tais como as que estão em jogo nesse empreendimento. Por isso, a organização resolveu participar do comitê de acompanhamento da obra, que pode ser um observatório de implementação das condicionantes – as garantias mínimas de que a obra vai trazer algum desenvolvimento para a região.

Para a ativista do ISA, o governo já está muito comprometido com a realização da obra, independentemente até mesmo de seus impactos políticos. Tanto que ignorou a solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para suspender o processo de licenciamento da usina. “Belo Monte põe em risco a própria política externa brasileira, comprometendo a imagem do país que, ao mesmo tempo que solicita uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, passa por cima de direitos humanos e dos povos indígenas”, avalia Adriana.

E esse constrangimento internacional está prestes a se agravar. No início de junho, as entidades Conectas, Justiça Global e Sociedade Paraense de Direitos Humanos levaram o caso à 17ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, na Suíça. A esperança é de que a pressão internacional force o governo a rever sua posição sobre a usina. Depois da licença de instalação que permite a construção do canteiro de obras, resta saber se este filme conseguirá fugir ao previsível roteiro do fato consumado. [\[2\]](#)

Um jornal a serviço do progresso

Segunda-feira, idos da década de 1970 - Cr\$ 3,00 - Ano 45 - N° 16.425

DIÁRIO DO

Transamazônica promete incorporar metade do território à economia nacional

A Rodovia Transamazônica, que ligará as regiões Norte e Nordeste do Brasil, não é um mero projeto de transporte, mas uma obra econômica com implicações sociais imensas, nas palavras do ministro da Fazenda, Delfim Netto. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, em 30 de junho de 1970, ele afirmou que a rodovia vai facilitar a incorporação de metade do território brasileiro à economia nacional ao interligar cidades entre os estados da Paraíba e do Amazonas. "É uma obra que vai dar a cada brasileiro uma parcela extremamente grande de novo patrimônio", disse.

A obra, projetada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, faz parte do Plano de Integração Nacional, que tem entre os objetivos povoar a Região Amazônica. Um de seus slogans é "levar homens sem terra à terra sem homens".

Para Delfim Netto, a Transamazônica vai construir uma rede de "irrigação econômica" em todo o Nordeste. "É um projeto de reforma agrária. É um projeto de incorporação de riquezas minerais à economia nacional", disse. **Nacional / Pág. A4**

Para engenheiro, Tucuruí revolucionará a Região Norte

A construção da usina hidrelétrica no município de Tucuruí (PA) vai levar energia elétrica para cidades como Santarém, Altamira, São Luís, Carolina, além de outras no estado de Goiás. Isso vai revolucionar a Região Norte do Brasil, de acordo com o engenheiro Hirose Yamamoto, do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). O órgão é responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos do Estado de São Paulo.

"Todos sabem a revolução que a energia elétrica provoca aonde chega. Uma central hidrelétrica desse porte no local apontado criará condições para o nascimento de um grande pólo no Norte brasileiro", disse em entrevista ao

jornal *Folha de S.Paulo* em 1° de fevereiro de 1972. **Nacional / Pág. A11**

Com Carajás, Banco Mundial vê melhora da distribuição de renda

Em visita ao Brasil, em novembro de 1979, o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, afirmou a importância de Programa Grande Carajás, de exploração de minérios no Norte brasileiro, como ferro, ouro, estanho, bauxita (alumínio), manganês, níquel e cobre. "Tudo é econômico. Carajás, com seus 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor, deverá melhorar a produtividade brasileira em termos de renda e, conseqüentemente, a sua distribuição." **Economia / Pág. B2**

Há 30 anos

AMAZÔNIA: de "Inferno Verde" a "Terra da Promissão"

O governo de Getúlio Vargas já antevia. Há 30 anos, começou a publicar uma cartilha com os dizeres: "A Amazônia é o pedaço do Brasil que não é mais o Inferno Verde, mas, atualmente, a Terra da Promissão". O material publicitário era distribuído entre nordestinos interessados no trabalho de extração de borracha nas florestas da Amazônia.



O Cruzeiro

A rod
irá li
do B
de tr
nôm
ime
da F
entr
Pau
afir
a i
do
na
en
A
da
ex
pa
A
ir
d
d
n
i

DO BRASIL

Um jornal a serviço do crescimento

Segunda-feira, início do século XXI - R\$ 3,00 - Ano 71 - N° 25.915

BR-319 será exemplo de ligação entre povos, afirma ministro

Em um vídeo produzido pela rede BBC Brasil, em dezembro de 2009, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, declarou que a recuperação da BR-319 significa garantir um direito constitucional: o de ir e vir. "Essa ligação é o direito que a população que mora no Amazonas tem de chegar ao resto do país", afirmou o ministro. A rodovia interliga a capital Manaus a Porto Velho, em Rondônia. Inaugurada em 1973, teve obras de recuperação iniciadas pelo governo em 2008.

"A BR-319 será, não tenho dúvida, um exemplo piloto para que se faça, a partir de agora, em toda Região Amazônica, qualquer ligação entre povos", disse Nascimento. **Nacional / Pág. 5**

Usinas de Jirau e Santo Antônio levarão desenvolvimento a estados amazônicos, diz ex-governador

A construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira é uma "forma de baratear a energia e gerar desenvolvimento para os Estados da Região Amazônica", segundo Jorge Viana, presidente do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Acre e ex-governador do estado.

Segundo reportagem do jornal *O Rio Branco*, de 12 de dezembro

Com usinas na Amazônia, Lobão assegura oferta de energia no País

"Não teremos mais dificuldades de energia elétrica neste país. Nem agora, nem amanhã, nem nunca", garantiu o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em 19 de maio de 2008. Na ocasião, ele abordava a necessidade de acelerar a construção das usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, todas na Região Norte do Brasil. **Nacional / Pág. A12**

de 2007, Viana defendeu a participação do Acre nas Usinas de Jirau e Santo Antônio, porque o governo do Estado estaria tendo um prejuízo de R\$ 48 milhões em ICMS gasto pela energia gerada de fora do Acre. "Eu acho que a participação do Acre e Rondônia no projeto seria uma maneira de a gente ter um ganho para o resto da vida", declarou. **Economia / Pág. B3**

Belo Monte: empreendedor acena com melhora de vida para a população

A Norte Energia S.A., empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, afirmou, por

meio de nota divulgada em 7 de abril de 2011, que a usina "levará desenvolvimento a toda a região de sua área de influência, melhorando em Altamira as condições de vida de centenas de famílias indígenas, de cidadãos e de cerca de 5.000 famílias que vivem em palafitas, sujeitas aos ciclos anuais de alagamentos, sem saneamento básico e outros serviços essenciais".

A nota também afirma que o projeto é moderno e segue os princípios de viabilidade técnica e econômica, de sustentabilidade, de baixo impacto socioambiental e é de grande alcance social para a região. "A UHE de Belo Monte é também a solução encontrada para gerar energia limpa e renovável necessária ao desenvolvimento do Brasil", diz trecho da nota. **Economia / Pág. B7**